

Apresentação. In: Almeida, Rubem Ferreira Thomaz de.  
Do desenvolvimento comunitário à mobilização política.  
O Projeto Kaiowa – Nadeva como experiência antropológica. Contra Capa. 2001

## Apresentação

Textos escritos dentro do contexto acadêmico e dirigidos para o atendimento de suas rotinas podem despertar cautela na maioria dos leitores. Será que se está diante de uma obra hermética, escrita em um linguajar técnico e obscuro e dedicada a temas e problemas que só inspiram deleite a um reduzido círculo de iniciados? Ou, alternativamente, serão encontrados tão-somente minuciosos relatos empíricos que, embora atestem a competência etnográfica do autor, são de pouca valia para quem não está de malas prontas para uma viagem à região focada?

Este livro (bem como a dissertação de mestrado que lhe deu origem, defendida em 1991 no PPGAS do Museu Nacional) segue exatamente na contracorrente de tais expectativas. Redigido em linguagem simples e direta, é acessível a leitores com formações bastante variadas, transmitindo-lhes de maneira sutil e sem apelo a categorias ou discursos extemporâneos dois valores centrais da pesquisa antropológica: o rigor e a acuidade no tratamento dos dados, expressos na fidelidade ao olhar etnográfico, e o respeito e a lealdade pelas pessoas e coletividades estudadas.

*Do desenvolvimento comunitário à mobilização política* oferece não só uma descrição densa e penetrante do universo cultural e da existência cotidiana dos índios Guarani do Mato Grosso do Sul, como também experiências e chaves interpretativas muito úteis para refletir sobre os indígenas brasileiros na atualidade. Distante dos relatos romanceados e das análises exotizantes, a todo instante o autor indica os dramas e paradoxos que atormentam os indígenas atuais, resgatando a sabedoria e a criatividade extraordinárias com que tentam superar as adversidades e explorar o potencial de sua situação histórica.

Em virtude dessas escolhas, a narrativa de Rubem F. Thomaz de Almeida envolve o leitor, descrevendo as inter-relações entre pesquisador e população estudada, ambos inseridos no conjunto de ameaças, dilemas e estratégias que caracterizaram, no fim do século XX, a luta dos povos indígenas por sua integridade sociocultural.

Se este livro pode ser de muita utilidade para o público em geral, possui grande interesse também para o público especializado, formado por profissionais e estudantes de Antropologia, o que justifica sua publicação e ampliada divulgação, mesmo transcorrida já quase uma década de

sua elaboração. Como exercício de antropologia, traz uma marca que constitui a base de sua originalidade: Rubem F. Thomaz de Almeida não foi apenas um observador distante e temporário da vida Guarani, mas sim o coordenador de um programa de apoio político e econômico que durou quase duas décadas, o Projeto Kaiowa-Nandeva (PKN). Assim, este texto se distancia da maioria das monografias antropológicas, uma vez que, aqui, o papel de etnógrafo não se separa do de agente de mudanças, parecendo tornar impossível a dissociação entre observação e ação.

No passado, para ajustar-se aos cânones então vigentes da investigação sociológica, os antropólogos com frequência minimizavam suas relações com as agências de contato, no intuito de evitar comprometer-se com ideologias "civilizadoras" ou interesses externos aos nativos. Em sua maioria, os relatos pouco falavam sobre as repercussões locais da presença de antropólogos em situações de campo, por períodos longos e muitas vezes decisivos na história das coletividades estudadas.

Graças a importantes estudos sobre a história da Antropologia (como os de George Stocking Jr. e Adam Kuper, entre outros), sabemos hoje que valiosos registros etnográficos e destacadas análises da disciplina foram realizados por investigadores que estiveram muito próximos de agências coloniais ou de líderes e intelectuais nativos. Explicitar esses vínculos políticos tornou-se indispensável para compreender o etnógrafo como autor, isto é, inserido em uma trajetória biográfica, mas certamente é também fundamental para explicar por que o trabalho de campo foi realizado de determinada forma, e não de outra, definindo os limites da escuta e o horizonte da visibilidade existente na situação etnográfica.

Estratégias narrativas e estilísticas, no entanto, permitiram silenciar sobre essa dimensão histórica, interativa e contemporânea do conhecimento etnológico, evitando contraposições às idealizações metodológicas que, refugiadas no realismo ingênuo e na proposta de conhecimento naturalizante dos fenômenos sociais – uma pretensa "ciência natural das sociedades" –, serviam aos objetivos de consolidação e reconhecimento de uma nova disciplina em um contexto universitário caracterizado pela hegemonia dos paradigmas constituintes das ciências naturais.

Optando por uma etnografia dos Guarani realizada a partir do prisma das mudanças sociais, tomando como objeto imediato de investigação o Programa Kaiowa-Nandeva e as ações indigenistas postas em prática, Rubem F. Thomaz de Almeida teve de romper com a estratégia heurística de ocultamento da etnografia como lugar de interação social. Em vez de praticar uma análise confortável e segura à sombra do relativismo cultural e da neutralidade axiológica (sempre requerida, mas

jamais consubstanciada) do pesquisador, pressuposições essenciais ao exercício da Antropologia no contexto universitário de sua consolidação, o autor, para assumir novos temas e objetos de investigação, aventurou-se em outras direções, adotando uma postura ética que se afastava radicalmente dos padrões convencionais.

Eis aí a primeira razão da originalidade deste trabalho, se comparado ao conjunto de monografias escritas no mesmo período sobre povos e culturas indígenas: o fato de estar fundamentado em uma clara postura de compromisso político com os interesses dos indígenas. A diferença de exercícios disciplinadores ou civilizadores conduzidos por brancos em contato com indígenas que partem de verdades e definições de realidade sabidas ou reveladas *a priori*, a intenção condutora da interação é justamente compreender quais são esses interesses, a fim de sintonizar com eles e apoiá-los. É a essa dialética de pergunta e identificação, dúvida e colaboração, observação e proposição que se devem a unidade e a dinâmica da atividade de pesquisa.

Nesse sentido, o autor pode ser associado a um amplo e importante movimento de crítica realizado por antropólogos e intelectuais latino-americanos às políticas desenvolvidas para os povos indígenas pelos Estados nacionais e pelas igrejas (Declaração de Barbados 1972). Embora essa perspectiva tenha tido pouca repercussão na Antropologia brasileira (relativamente ao seu impacto na América espanhola), Rubem F. Thomaz de Almeida familiarizou-se com ela ainda durante seu estágio com o Projeto PTT no Paraguai, onde trabalhou sob a direção de Georg Grunberg (coordenador, aliás, da reunião de Barbados realizada alguns anos antes).

A marca fundadora desse modo de fazer antropologia é estar alicerçada em uma aliança consciente e estratégica com os indígenas, e não com os não-indígenas, como fazem os Estados e as igrejas. Nessa perspectiva, certas modalidades de ação não são antagônicas ou excludentes ao exercício da compreensão antropológica. Participar de projetos que buscam melhorar a condição de vida dos indígenas significa, ao contrário, tecer no cotidiano uma relação de aliança política, bem como lançar as bases da empatia e da afinidade de perspectivas que possibilitarão uma compreensão mais satisfatória (porque partilhada) do comportamento e dos ideais da coletividade estudada.

A leitura deste livro pode ser bastante profícua para alimentar as discussões atuais sobre o estatuto da Antropologia, bem como suas relações com as ciências e demais saberes. Uma epistemologia naturalizante, moldada a partir de paradigmas da física e da biologia, instalou a neutralidade axiológica e a não-ingerência do pesquisador nos fenômenos observados como dogmas para o exercício da pesquisa

antropológica. Os novos contextos políticos e intelectuais, inclusive os debates que empolgam variadas correntes da Antropologia atual, mostraram que tais recomendações, ainda que mínimas e necessárias, não foram suficientes para extirpar as categorias coloniais do instrumental analítico empregado nos estudos sobre os povos não ocidentais, conforme demonstram Asad, Johannes Fabian, Amselle, George Stocking Jr., Nicholas Thomas, Alban Bensa e Adam Kuper, entre outros.

Pontua-se agora a necessidade de desenvolvimento de uma antropologia crítica que tome como objeto de reflexão a própria situação etnográfica e o fazer antropológico. Compreendida como atividade dialógica, localizada e contemporânea, a pesquisa antropológica busca desenvolver critérios mais finos e adequados para a avaliação dos limites e da eficácia dos conhecimentos produzidos. Para avançar nessa direção, podem ser bastante estimulantes o conhecimento e a discussão da rica experiência do PKN e, em termos mais gerais, de uma antropologia referida ao movimento de Barbados.

Uma segunda marca da dissertação de mestrado que originou este livro é a origem de parte significativa dos dados que utiliza – os diários e cadernos de campo elaborados por Rubem F. Thomaz de Almeida durante os muitos anos de convivência com os Guarani, bem como a copiosa documentação por ele compilada, que fornece descrições densas, vívidas e rigorosas de eventos ocorridos há já quase uma década. Foi a existência desse material que permitiu que este livro fosse escrito da forma como foi, fiel ao gênero etnográfico e apresentando relatos detalhados e contemporâneos das ações do PKN, de suas repercussões sobre os índios e das reações e percepções manifestadas por eles. Foi com base nesses dados que Rubem Almeida realizou uma lúcida e minuciosa etnografia do PKN, primeiro trabalho monográfico, no contexto da Antropologia brasileira, a ter como foco de descrição e análise sistemática projetos de assistência econômica desenvolvidos entre povos indígenas.

A produção persistente dessa massa documental só se tornou possível pelo fato de o coordenador do PKN sempre se apresentar com a identidade de "antropólogo". Em contextos locais e perante os indígenas, marcava com isso sua diferença em relação aos outros papéis e identidades sociais conhecidos e atuantes na região, como a dos "indigenistas", relacionados à FUNAI, e os "missionários", categoria fortemente diferenciada tanto no caso do CIMI quanto nos das missões evangélicas. Essa identidade era acionada também fora dos contextos locais, no relacionamento com os órgãos públicos (ao fazer um relatório ou assinar um contrato com a FUNAI) ou com os próprios antropólogos, nas universidades, em congressos ou na constante participação nas atividades da associação profissional (ABA).

O que singulariza um texto como antropológico e permite classificar seu autor como antropólogo não é a presença, maior ou menor, assimilada ou meramente emblemática, de conceitos e teorias exclusivas da disciplina, mas sim o tipo de olhar que projeta sobre um fenômeno social, os instrumentos que emprega para registrá-lo e descrevê-lo, uma modalidade própria de construir positividade para os eventos e pessoas de que fala.

O nome genérico que algumas vezes atribuímos a isso é "técnicas de trabalho de campo", termo que indica um conjunto muito amplo e heterogêneo de normas e orientações transmitidas em contextos distintos e com graus diversos de formalização e consciência. Uma parte resulta de processos dirigidos, como as técnicas de registro, as estratégias de observação, as rotinas diárias de trabalho e os rituais de interação, ensinados em cursos, manuais e treinamentos práticos. Outra, de procedimentos de abstração, simplificação, preferências e avaliações implícitas, inculcados de maneira difusa e aparentemente espontânea através da leitura de monografias de antropólogos precedentes e apropriados através de contextos múltiplos e esparsos de discussão, releitura e negociação de "verdades".

É da existência e da operação de um olhar etnográfico cultivado e diferenciado que procedem os conceitos e teorias, que em sua origem são hipóteses criadas para responder aos problemas apresentados nas etnografias. Em função de serem tomados como indicadores do progresso dos conhecimentos em uma disciplina e como demarcadores de suas fronteiras internas ou externas, muitas vezes monopolizam a atenção dos estudiosos, transformando-se em verdadeiras divindades governantes da etnografia, quando poderiam também serem tratados, dentro de uma postura mais pragmática e iconoclasta, como os antigos gabinetes de curiosidade dos soberanos – raras e preciosas coleções de troféus e atos falhos acumulados, acervo tanto mais relevante e significativo quanto mais relacionado à história de uma casa dinástica ou de uma nação.

O autor deste livro, mesmo tendo realizado a maior parte de sua vida profissional fora das instituições universitárias e dos museus, sempre se autodefiniu "antropólogo", ou seja, sempre que confrontado com situações de campo atualizou, de maneira voluntária e intencional, grande parte das recomendações que integram os chamados "trabalhos de campo". Dessa forma, pôde reunir um material não apenas extenso, mas também circunstanciado e rigoroso, produzido de acordo com as diretivas do olhar etnográfico.

É importante perceber que não estamos diante de algo único e excepcional. Existe um conjunto de antropólogos com formação

universitária, e algumas vezes titulação de pós-graduação, que realiza pesquisas de alta qualidade, escreve, publica e participa dos debates científicos sem, no entanto, tomar as universidades como *locus* preferencial de suas atividades. Esses profissionais – que podem estar nos organismos estatais ou transnacionais, nas instâncias fiscalizadoras e assessoras ou ainda atuando nas ONG's e em contextos locais – não se consideram “antropólogos aplicados”, mas sim “antropólogos”, procurando pautar-se pelos padrões de trabalho que aprenderam como próprios de sua especialidade.

O excepcional é que tais profissionais transformem as atividades de que participam em objetos de conhecimento, focalizados através de investigações de longo fôlego e investimento, e que instaurem práticas “de campo” para o registro e a análise das ações cotidianas. Esse é um indiscutível mérito de Rubem F. Thomaz de Almeida, que tomou como foco de um trabalho acadêmico (sua dissertação de mestrado) um processo usualmente considerado demasiado “prático” e avaliado, equivocada e preguiçosamente, como pouco rentável à análise antropológica. É de se esperar, portanto, que a divulgação deste livro contribua para modificar tal atitude, tornando menos raras escolhas como a que ele realizou e permitindo uma compreensão mais aprofundada dos múltiplos universos (distintos daqueles do narrador e de seu público) em que os homens se associam e organizam.

É urgente perceber o quão defasadas e preconceituosas são certas dicotomias que esquematicamente opõem uma antropologia prática (“aplicada”) ou mesmo valorativa (“militante”) às investigações acadêmicas (“científicas”). A importância deste livro, para além de sua contribuição etnográfica ao estudo dos Guarani e das análises que adianta para uma antropologia do desenvolvimento, é tornar a consideração sobre o *antropólogo como ator social* parte constitutiva do *fazer antropológico*. Em outras palavras, permitir instaurar um outro eixo de debate, que precisa estar alerta tanto para perceber a multiplicidade de repercussões da pesquisa antropológica, singular processo de conhecimento sobre as coletividades que estuda, quanto para compreender os reflexos da situação etnográfica sobre as interpretações produzidas. Executa, assim, um duplo movimento de contextualização do trabalho antropológico, não apenas necessário para estabelecer os parâmetros de uma ética profissional, mas também imprescindível para o exercício crítico da própria disciplina.

João Pacheco de Oliveira  
Museu Nacional, novembro de 2001

## Prefácio

Como realizar um “projeto de desenvolvimento comunitário”? Como será encarado pelos beneficiários da ação e o que eles entenderão por “desenvolvimento”? Essas foram questões que se apresentaram na implantação da experiência de antropologia aplicada realizada entre os Kaiowa e Nandeva do Mato Grosso do Sul, e é delas que trata este livro, descrevendo situações, apresentando análises e avaliando resultados sobre os procedimentos de implantação e o desenvolvimento do projeto no período entre 1976 e 1981.

Apoiado na literatura etnográfica e no discurso de alguns especialistas contemporâneos, além de reproduzir noções do senso comum, eu compartilhava da noção segundo a qual a população Guarani do Mato Grosso do Sul viveria um cíclico processo de “aculturação” que acabaria por “integrá-la” à sociedade brasileira. Como pano de fundo, a crença de que a vida social e econômica nos *tekoha* [aldeias] estava desorganizada. Assim, na condição de promotor de um “projeto de desenvolvimento comunitário” – e portanto interventor na situação social local –, cabia-me organizar racionalmente os trabalhos e utilizar técnicas modernas de cultivo, a fim de obter o maior aproveitamento possível das reduzidas terras Kaiowa e Nandeva, resultando em produção agrícola crescente e retorno dos investimentos.

Para tanto, tornava-se imperioso conhecer o mais detalhadamente possível o funcionamento da realidade social trabalhada, com os objetivos de realizar uma atuação apropriada e comprovar ou não a veracidade das convicções idealizadas. Ao mesmo tempo, evitar a redundância dos projetos econômicos forjados fora das situações locais que, ao não reconhecerem as especificidades situacionais, engessam a criatividade e a flexibilidade da intervenção, conduzindo tais iniciativas ao fracasso. A experiência pretendia possibilitar que os envolvidos construíssem seu próprio “modelo” econômico, e o caminho escolhido foi criar condições para que as famílias participantes, nucleares ou extensas, definissem suas aspirações econômicas. Concentrando-se nos beneficiários, a metodologia de ação atribuiu a eles a prerrogativa de definir o formato e os rumos do trabalho, com o que explicitariam sua noção de “desenvolvimento”.

Fazia-se necessária, portanto, uma distribuição equitativa dos recursos, para que qualquer interessado tivesse acesso a eles, evitando-se que apenas as famílias “mais trabalhadoras” acessem ao apoio externo. Decidiu-se então, em conjunto com os envolvidos, que as atividades se